

Agência  
Goiana de,  
Regulação,  
Controle e  
Fiscalização  
do Serviços  
Públicos



ESTADO DE GOIÁS  
AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
CÂMARA DE JULGAMENTO

Resolução Nº 23/2022-CJ, de 17 de fevereiro de 2022

Dispõe sobre julgamento do Auto de Infração nº 40998, em nome da empresa Real Maia Transportes Terrestres Eireli -EPP, conforme Processo nº 202100029005037.

A Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013, que trata da competência da Câmara de Julgamento para julgar, em primeira instância, os processos administrativos de autos de infração oriundos das atividades de fiscalização da AGR;

Considerando o que dispõe a Lei 18.673, de 21 de novembro de 2014, que trata dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Goiás;

Considerando que a empresa apresentou defesa e, levando em conta a manifestação técnica, a qual é adotada na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando a decisão da Câmara de Julgamento, em reunião realizada em 17/02/2022, que julgou, por maioria de votos pela anulação do auto de infração, o relator André Luiz de Freitas e o membro Wilson Costa Ferreira, votaram pela manutenção do auto, com votos contrários dos membros Idalino Serra Hortêncio, Paulo Henrique Oliveira Marques e Gilvan do Espírito Santo Batista,

RESOLVE:

Art. 1º Anular o auto de infração nº 40998, em nome da empresa Real Maia Transportes Terrestres Eireli -EPP, por constar erro de tipificação em sua lavratura.

Art. 2º. A decisão de que trata o art. 1º desta resolução será objeto de reexame e deliberação pelo Conselho Regulador, nos termos do § 8º, art. 19, da Lei nº 13.569/1999, acrescido pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura



Documento assinado eletronicamente por **IDALINO SERRA HORTENCIO, Relator (a)**, em 18/02/2022, às 16:18, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador 000027698520 e o código CRC E9BAFBE4.

CÂMARA DE JULGAMENTO  
AVENIDA GOIÁS - Bairro CENTRO - CEP 74005-010 - GOIANIA - GO - ED. VISCONDE DE

MAUÁ 305



Referência: Processo nº 202100029005037



SEI 000027698520